

Acordo sai sem desembolso, diz Assis

Sonia Mossri

O Diretor de Política Monetária do Banco Central, Luiz Eduardo Assis, acredita que o acordo de reescalonamento da dívida externa com os bancos comerciais poderá ficar para 91. Mesmo prevendo uma dura negociação pela frente, lembrando que os bancos privados estrangeiros não se esquecem do tratamento inflexível do Governo Collor com seus próprios credores internos, Assis disse ao **Jornal de Brasília** que não teme o risco de o Brasil ser submetido a um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) semelhante ao da Argentina, vinculado ao desembolso de atrasados com os bancos.

A retomada do crescimento na economia depende do êxito da negociação externa, observa Assis. Muitos assessores do Ministério da Economia insistem em que um dos pontos básicos da negociação do Governo Collor já foi anunciada desde a campanha presidencial, que é a fixação de um limite de aproximadamente 1% do Produto Interno Bruto, cerca de US\$ 4,5 bilhões, para o pagamento dos encargos da dívida externa.

Tese burra

Ao contrário da análise de economistas e da interpretação de segmentos do mercado financeiro, o Diretor de Política Monetária do Banco Central descarta a hipótese de missão do FMI, que se encontra

há uma semana no País, questionar a política cambial. Ele garante que o Banco Central não está promovendo uma estabilização artificial do dólar através de uma forte intervenção no mercado de ouro, com grandes aquisições.

“Essa é uma tese burra. Não existe interesse do Governo em faturar o mercado de dólar para manter valores artificiais”, disse Assis. Ele também rebate a tese defendida até mesmo por alguns membros do Governo de que o Brasil corre o risco de enfrentar uma nova crise cambial em função do aumento das importações, com a liberalização do comércio exterior, desembolso aos credores internacionais e a necessidade de importação de alimen-

tos em função de uma eventual quebra de safra agrícola 90-91 pela falta de crédito. Para ele, as reservas cambiais estão num patamar confortável, cerca de US\$ 7,7 bilhões.

Cauteloso, Assis ressalta que o controle dos gastos públicos e a adoção de uma política monetária restritiva, para evitar pressões inflacionárias, são tarefas exclusivas do Governo. Por outro lado, a política de rendas, onde a ameaça de indexação ganha força, é responsabilidade da sociedade. Ele é realista e reconhece que, num ano eleitoral, nem sempre os interesses do Legislativo coincidem com o propósito do Governo de eliminar a inflação.